



DEFESO CAMARÃO E
(56/5) LAGOSTIM

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

M.A. SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA-SUDEPE

Portaria n.º N- 02 de 17 de fevereiro de 1987

REVOGADA!
N-22/88

○ SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA-SUDEPE, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto n.º 73.632, de 13 de fevereiro de 1974, tendo em vista o disposto no artigo 33 do Decreto-Lei n.º 221, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo S/2862/86,

R E S O L V E

Art. 1º - Proibir, no período de 1º de março a 30 de abril de 1987, o exercício da pesca de arrasto de camarões rosa (Penaeus paulensis e P. brasiliensis), verdadeiro (P. schmitti), santana (Pleoticus muelleri), sete barbas (Xiphopenaeus Kroyeri) e barba ruça (Artemesia longinaris) e de lagostim (Metanephrops rubellus), nas águas sob jurisdição nacional compreendidas entre as latitudes de 11º25'5" (divisa do Estado da Bahia com o Estado de Sergipe) e 33º40'S (Foz do Arroio Chuí).

§ 1º - Para efeito deste artigo, são águas sob jurisdição nacional o mar territorial, as águas interiores, as lagoas e canais, conforme definidas nos artigos 4º e 5º do Decreto n.º 87.648, de 24 de setembro de 1982 (Regulamento para o Tráfego Marítimo).

§ 2º - Será permitido o desembarque das espécies citadas no caput deste artigo somente até o dia 28 de fevereiro de 1987.

§ 3º - Após o período de defeso, será permitida a largada dos barcos, devidamente regularizados, a partir de 00:00 h (zero hora) do dia 1º de maio de 1987.

Art. 2º - O exercício da pesca, praticado em desacordo com a presente Portaria, constitui dano à fauna aquática de domínio público, nos termos do artigo 71 do Decreto-Lei n.º 221, de 28 de fevereiro de 1967.

2


Parágrafo Único - O pagamento da indenização de que trata o caput deste artigo será feito de acordo com a avaliação do respectivo dano, cabendo à autoridade julgadora estabelecê-la com base no valor venal do produto no mercado local.

Art. 3º - Os infratores destas disposições, sem prejuízo do estabelecido no artigo 2º, ficam sujeitos às condições previstas nos artigos 6º, 56 e 64 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e legislação complementar.

Art. 4º - O produto da pescaria, apreendido em desacordo com estas disposições, na época do defeso, será alienado nos termos da Portaria nº N-08, de 12 de maio de 1980.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente as Portarias nº N-06, de 06 de fevereiro de 1986, N-16, de 20 de março de 1986.

1 MVR - 328


ENIO ANTONIO MARQUES PEREIRA
Superintendente Interino

Publicado no D.O. 20 / 02 / 87